



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE
E SECRETARIADO – FEACCS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Afonso Arlindo Alves Barbosa Júnior

**ODESEMPENHOSOCIOAMBIENTAL DA COELCE EVIDENCIADO EM
SEUSBALANÇOS SOCIAIS: UM ESTUDO LONGITUDINAL**

Orientador: Carlos Adriano Santos Gomes

**FORTALEZA
2014**

O desempenho socioambiental da COELCE evidenciado em seus Balanços Sociais: Um estudo longitudinal

Afonso Arlindo Alves Barbosa Júnior
Orientador: Carlos Adriano Santos Gomes

Resumo

A contabilidade apresenta as informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade, ou seja, é responsável pelas informações da atuação das empresas no que diz respeito ao meio ambiente e à sociedade. Nesse contexto, esta pesquisa tratou de avaliar os investimentos socioambientais da Companhia Energética do Ceará (COELCE), através de um estudo longitudinal. Tomou-se por base os relatórios sociais publicados pela empresa no modelo IBASE e foram feitas comparações entre os investimentos realizados em três grupos de indicadores: Sociais Internos, Sociais Externos e Indicadores Ambientais. O estudo permitiu avaliar a evolução dos investimentos dos grupos de indicadores entre os anos de 1998 e 2011, comparando o valor do investimento com o lucro operacional e com a receita líquida, no caso dos indicadores externos e dos ambientais; e o valor do investimento com a folha de pagamento bruta e com a receita líquida, no caso dos indicadores internos. Observou-se que a tendência da curva dos investimentos é crescente, sendo 2011 o ano de maior destaque na pesquisa. Verificou-se, ainda, que a maior parte dos investimentos dizem respeito a obrigações legais da empresa, no caso os tributos.

Palavras-chave: Relatórios Socioambientais. Indicadores Sociais. IBASE. Investimentos.

1. INTRODUÇÃO

Em um mercado altamente competitivo, as empresas necessitam encontrar diferenciais que as tornem destacadas ante a concorrência, bem como direcionar sua gestão para uma visão de sustentabilidade de longo prazo, nesse sentido, muitas delas começaram a adotar práticas socialmente responsáveis e evidenciá-las por meio de relatórios, de modo a transparecer aos *stakeholders* sua preocupação com o ambiente e a sociedade bem como o consumo racional de recursos (financeiros, humanos, materiais, etc).

Nesse contexto ganha força um modelo de gestão baseado na responsabilidade social corporativa, que incorpora práticas sociais e preocupação ambiental, visando, além de manter sua sustentabilidade, obter o reconhecimento no mercado e em paralelo a maximização dos lucros.

Para além das polêmicas que envolvem as reais intenções dos investimentos sociais (especialmente o debate sobre o uso destas ações como ferramenta de *marketing* institucional) é fato que a empresa socialmente responsável tem o direito de mostrar ao público o que oferece de retorno à comunidade onde está instalada (bem como a sociedade em geral). Assim, ganharam destaque os relatórios socioambientais, tais como o Balanço Social.

Dada a não regulamentação de tal relatório, diversos modelos têm sido amplamente utilizados pelas empresas, com destaque para o balanço social do Instituto

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que criou um padrão de divulgação sucinto, com informações quantitativas (monetárias ou não) e qualitativas, além de adotar base de cálculo que servem para aferir a relevância dos gastos.

Evidentemente a prática corporativa socialmente responsável não se restringe às empresas que, em sua atividade operacional, ocasionam relevantes impactos ambientais ou sociais, mas toda organização que têm uma preocupação com a sua sustentabilidade. Contudo, é natural que a sociedade geral, e em especial, governos, fornecedores, investidores e colaboradores, direcionem suas atenções para as práticas adotadas em empresas que, em sua exploração econômica, consomem recursos que são de toda a sociedade e causem impactos no campo ambiental e social.

Nesse sentido, o setor de energia em geral (petróleo, gás, atômico) e elétrico em particular, tem sido os dos mais acompanhados e cobrados pela sociedade, dado aos impactos causados pelas suas operações, seja na geração, transmissão ou fornecimento. Tal monitoramento não se restringe apenas à verificação da correção de estragos causados em sua operação, mas também, os investimentos feitos em prevenção e minimização dos mesmos.

Ressalte-se que o setor elétrico é estratégico para o desenvolvimento econômico de uma nação, haja vista que o campo produtivo necessita de energia para fazer girar suas engrenagens, além de fornecer energia para os lares de uma infinidade de famílias. Portanto, o que ocorre com esse setor é objeto de interesse de órgãos governamentais, empresas privadas, sociedades civis organizadas, academia e seus pesquisadores. Isso ocorre especialmente no Brasil, que possui uma matriz energética amplamente dependente da eletricidade, gerada, sobretudo por usinas hidroelétricas e termoeletricas, embora se observe um crescimento nos últimos anos de outras fontes renováveis tais como a eólica e solar.

Considerando-se a relevância do setor de energia elétrica, bem como a ampla difusão do modelo de balanço social do IBASE, esta investigação procura responder ao seguinte problema de pesquisa: como se comportam, em termos evolutivos, o desempenho socioambiental da COELCE evidenciado em seus balanços sociais entre os anos de 1998 a 2011?

A pesquisa tem como objetivo geral avaliar, por meio de um estudo longitudinal, o desempenho socioambiental da companhia pesquisada, evidenciado em seus Balanços Sociais e de modo específico, analisar os modelos de relatórios sociais, em especial aquele adotado pela COELCE; verificar a relevância dos investimentos/gastos realizados junto a usuários internos e externos; e avaliar o desempenho da COELCE em relação aos investimentos em fatores socioambientais.

Este estudo fundamenta-se na identificação da relação entre o desempenho socioambiental da COELCE e a transparência na divulgação dos relatórios sociais. Justifica-se, ainda, pelo fato da Companhia Energética do Ceará ser responsável por toda a distribuição de energia do Ceará e representar um das maiores empresas do estado em nível de faturamento.

Metodologicamente esse estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e documental com estratégia de coleta de dados documentais. No que diz respeito aos meios utilizados, adotou-se um estudo de caso, pois investigou os balanços sociais da COELCE. Em relação à natureza do problema a pesquisa se enquadra como qualitativa.

A análise baseia-se em indicadores tais como o volume de gastos/investimentos realizados em fatores internos e externos, assim como o estudo de: (GOMES, 1998) e a

distribuição da riqueza pela COELCE evidenciada nos balanços sociais da companhia, os investimentos em fatores socioambientais, bem como outros indicadores qualitativos de gestão.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Balanço Social - Conceito

A iniciativa de divulgar as informações relacionadas ao meio ambiente, por parte das entidades, se deve pelo fato de que as empresas estão assumindo, cada vez mais, a responsabilidade que lhes cabe pelo impacto que suas atividades causam ao meio ambiente, além de que assumir essa responsabilidade é um dos primeiros passos para se atingir o desenvolvimento sustentável. (CASAGRANDE, LANZARIN e SOARES, 2009)

Do poder emanado constitucionalmente ao empreendedor de exercer livremente sua atividade, emana, também, o dever de utilizá-la em prol da sociedade. Deve a empresa, portanto, visar, além dos lucros e da produção de bens, atender sua função de servir a sociedade como um todo (REALE, 1998 APUD LEWIS, 2005).

Nesse contexto, as empresas assumem papel de agentes transformadores da sociedade, imbuídas de responsabilidade em desenvolver ações que visem à dignidade humana, sem recorrer a ações que possam prejudicar o seu público, seus clientes, seus fornecedores e a sociedade em que está estabelecida. Para tanto, é necessário à empresa precaver-se de recursos financeiros e patrimoniais no sentido de garantir o desempenho dos negócios e cumprimento de suas obrigações monetárias (BASSETO, 2010) e é desejável que elas evidenciem suas ações em relatórios direcionados aos usuários, tais como o Balanço Social.

O Balanço Social tem por objetivo tornar públicas as ações sociais desenvolvidas e aplicadas, detalhando os projetos implantados pela organização. Para Kroetz (2000, p.136):

O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica, e os efeitos dessa interação são dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/presente/ futuro.

Segundo Tinoco e Kramer (2004, p. 87), o “Balanço social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades aos mais diferentes usuários”.

Existem críticas feitas em relação a esse relatório. Oliveira (2003), em seu estudo, que analisou 95 balanços sociais coletados entre as 500 maiores empresas S. A. não financeiras segundo o ranking da FGV, alertou acerca dos aspectos negativos da gestão empresarial. Para o autor, muitas “vezes os balanços sociais podem refletir uma falsa realidade, mostrando aquilo que as empresas acham que iria agradar aos *stakeholders*” (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

Deegan e Gordon (1996, p. 198) chegam a afirmar que os relatórios de cunho social “são tipicamente autopromocionais, com pouca ou nenhuma evidenciação negativa sendo feita pelas firmas participantes do estudo”.

Contudo, para Soares, Lanzarin e Casagrande (2009) a prática da Responsabilidade Social pelas empresas ultrapassa o limite do marketing. Os investimentos em proteção e recuperação ambiental de determinadas empresas atingem montantes milionários, bem como os investimentos em projetos de inclusão social, combate à fome, alfabetização e áreas afins. Os valores envolvidos são consideráveis e, em determinados casos, financiam a continuidade de projetos por muitos anos.

Conclui-se, então, segundo os estudos dos conceitos, que não existe um consenso em relação ao conceito desse demonstrativo contábil. Porém, as definições seguem a mesma vertente acerca do Balanço Social.

2.2 Modelos de Balanço Social

Não há apenas um modelo padronizado de avaliação de estratégias para a sustentabilidade, a exemplo das Demonstrações Contábeis. Assim, além da publicação anual dos balanços e relatórios sociais e ambientais, ganham destaques as certificações, selos e *standards* internacionais na área social. No Brasil, os principais exemplos são: selo Empresa Amiga da Criança, conferido pela Fundação Abrinq; o selo Empresa Cidadã, prêmio instituído pela Câmara Municipal da cidade de São Paulo; e o Selo Balanço Social Ibase/ Betinho, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas desde 1998 (BUFFARA, 2003).

Duarte e Dias (1985, p. 99) alertam que:

a inexistência de padrões estabelecidos de Balanço Social explica porque a avaliação do desempenho da empresa na área social apresenta-se de tantas formas, variando desde umas poucas linhas encaixadas no relatório tradicional de fim de exercício, até sofisticados balanços globais que tentam retratar fielmente o envolvimento da empresa neste campo e as mudanças ocorridas em determinado período de referência.

Conforme o Instituto Ethos (2006), há três modelos principais de balanço social: dois nacionais - propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto Ethos - e um internacional, sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Tais modelos visam definir as informações mínimas que devem ser publicadas para dar transparência às atividades da empresa. As organizações têm a liberdade de adotar um formato próprio definido, em geral, pela área de comunicação da companhia.

O Modelo Instituto Ethos é baseado num relato detalhado dos princípios e das ações da organização, incorpora a planilha proposta pelo Ibase e sugere um detalhamento maior do contexto da tomada de decisões, dos problemas encontrados e dos resultados obtidos. O Instituto Ethos defende a necessidade de os balanços sociais adquirirem credibilidade e consistência comparáveis às dos balanços financeiros, verificando os seguintes princípios: relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e verificabilidade (BASSETO, 2010)

O modelo internacional *Global Reporting Initiative* (GRI) tem sua estrutura centra-se em dois pontos: comparabilidade e flexibilidade, sendo que a primeira liga-se à meta de desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros. A segunda considera as diferenças legítimas entre organizações e entre setores da economia, atuando de modo flexível o suficiente para acomodar essas diferenças. (BASSETO, 2010).

Por sua vez, o modelo do IBASE, mais difundido entre as empresas brasileiras, será apresentado de modo destacado, a seguir.

2.2.1 Modelo IBASE de Balanço Social

O Modelo Ibase, lançado em 1997, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, inspira-se no formato dos balanços financeiros e expõe, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha, reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários, a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas - educação, cultura, saúde, etc.(BASSETO, 2010).

O modelo desenvolvido pelo IBASE engloba as seguintes informações:

- a) Base de cálculo: Receita Líquida, Resultado Operacional e Valor Total da Folha de Pagamento – tais bases servem como referência na relevância de cada gasto efetuado pela empresa, considerados pelo modelo como sociais ou ambientais.
- b) Indicadores Sociais Internos: alimentação; encargos sociais compulsórios; previdência privada; saúde; segurança e saúde no trabalho; educação; cultura; capacitação e desenvolvimento profissional; creches; participação nos resultados; incentivo à aposentadoria voluntária e vale transporte.
- c) Indicadores Sociais Externos: educação; cultura; saúde e saneamento; esporte e tributos excluídos encargos sociais.
- d) Indicadores Ambientais;
- e) Indicadores do Corpo Funcional: número de funcionários; número de mulheres na companhia, número de negros, número de deficientes.
- f) Informações sobre Cidadania Empresarial.

Ferreira et al (2010) alertam que, embora um grande número de empresas no Brasil têm optado pelo modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, considerando-se que as exigências e necessidade de informações com maior clareza têm aumentado significativamente, os dados evidenciados por ele podem não garantir o grau de transparência desejado, principalmente as informações referentes ao desempenho ambiental.

Para Paiva (2003), apesar de contemplar informações sociais de forma abrangente, o modelo proposto pelo IBASE poderia contribuir mais no que diz respeito à evidenciação de gastos ambientais uma vez que a seção destinada ao meio ambiente do modelo apresenta possibilidades de ampliação da gama de dados, possibilitando maior geração de informações que supram os anseios de seus usuários externos, incluindo ONGs, os acionistas e quem mais possa interessar-se.

Ressalte-se que a COELCE, objeto de interesse deste estudo, desde a primeira publicação utilizou o relatório de balanço baseado no modelo IBASE.

2.3. Setor Elétrico Brasileiro

Segundo Antunes (2006), a energia elétrica chegou ao Brasil no final do século XIX, através da concessão de privilégio para exploração da iluminação pública, entregue pelo Imperador Dom Pedro II a Thomas Edison.

Vale ressaltar que no período de 1946-1979 foram criados no Brasil a Furnas (empresa de geração federal), o Ministério de Minas e Energia, a Centrais Elétricas de Minas e Gerais (Cemig) e a Eletrobrás, que é uma empresa que administra os recursos do setor. No contexto mundial, nos anos de 1973 e 1979 ocorreram as crises do petróleo que afetaram o crescimento econômico e marcaram a escassez de investimento no setor de energia elétrica. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2012).

A geração de energia elétrica diz respeito à produção. No Brasil, ela é feita, em sua maioria, através das hidrelétricas, tendo também como subsídio à produção a geração térmica, eólica, solar, entre outras. Sendo assim, o impacto ambiental causado pelas geradoras é relevante, devendo ser criteriosamente controlado.

As usinas de energia elétrica são, geralmente, construídas longe dos centros consumidores (cidades e indústrias) e é por isso que a eletricidade produzida pelos geradores tem de viajar por longas distâncias, em um complexo sistema de transmissão. Ao sair dos geradores, a eletricidade começa a ser transportada através de cabos aéreos, revestidos por camadas isolantes e fixados em grandes torres de metal. Esse conjunto de cabos e torres é chamado de rede de transmissão. (ELETROBRAS, 2014)

O sistema de transmissão brasileiro, considerado o maior do mundo, é controlado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que conta com a participação de empresas de todo o país, trabalhando de forma interligada. (ELETROBRAS, 2014)

O Sistema Interligado Nacional (SIN), formado basicamente por empresas de geração, transmissão e distribuição do país, permite o intercâmbio de energia elétrica entre as diversas regiões brasileiras. A distribuição é o transporte de energia das subestações para as residências. (ELETROBRAS, 2014)

Os consumidores de energia elétrica pagam por meio da conta recebida da sua empresa distribuidora de energia elétrica, um valor correspondente a quantidade de energia elétrica consumida, no mês anterior, estabelecida em kWh (quilowatt-hora) multiplicada por um valor unitário, denominado tarifa, medida em R\$/kWh (reais por quilowatt-hora), que corresponde ao preço de um quilowatt consumido em uma hora.

As empresas de energia elétrica prestam este serviço por delegação da União na sua área de concessão, ou seja, na área em que lhe foi dada autorização para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecer tarifas que assegurem ao consumidor o pagamento de uma tarifa justa, como também garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária de distribuição para que ela possa oferecer um serviço com a qualidade, confiabilidade e continuidade necessárias. (ANEEL, 2013).

A distribuidora Companhia Energética do Ceará (Coelce), criada em agosto de 1971, atende a quase dois milhões de unidades consumidoras residenciais, além de 6,5 mil unidades consumidoras industriais, 139 mil comerciais, 209,8 mil rurais, dentre outros, com atendimento total de 2,34 milhões de unidades consumidoras em uma área de concessão de 146.817 Km².

Em 2005, foi responsável por distribuir 7.653 GWh de energia a 184 municípios. O Contrato de Concessão nº 0001/1998, firmado entre a União, por meio da ANEEL, com a Coelce, foi assinado em 13 de maio de 1998 e terá vigência até 2028, prorrogável por mais 30 anos. (ANEEL, 2013)

2.4. Estudos empíricos anteriores sobre balanço social

O Quadro 3 expõe um breve resumo de alguns estudos encontrados durante o processo de revisão bibliográfica acerca do tema balanço social.

Quadro 3 – Estudos Nacionais acerca do balanço social

Autoria	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
Trevisan (2002)	O artigo tem por objetivo mostrar a importância da prática da responsabilidade social pelas empresas e da divulgação de suas atividades sociais por meio do Balanço Social.	O trabalho foi feito a partir de pesquisas e leituras de artigos de personalidades representativas do tema no Brasil.	Constatou-se que há um movimento cada vez maior das empresas no sentido de arcar com responsabilidades em relação a seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, à comunidade onde atuam e ao meio ambiente.
David (2003)	Traçou-se como objetivo deste estudo, identificar que informações as empresas estão disponibilizando aos usuários através do Balanço Social, considerando-se que a evidênciação é um dos elementos-chave da contabilidade.	A pesquisa desenvolveu-se com base nos Balanços Sociais de 88 (oitenta e oito) empresas de pequeno, médio e grande porte, relativos ao ano de 2000, encaminhados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2001.	Conclui-se este estudo, constatando que apesar dos grandes avanços verificados nos últimos anos, comprovados pelo crescente número de empresas que estão divulgando seus Balanços Sociais, ainda há muito a ser feito por parte das mesmas para melhorar a qualidade do processo de evidênciação de suas ações sociais.
Casagrande, Lanzarin e Soares (2010)	A proposta desta pesquisa é analisar a correlação entre o faturamento da empresa e os investimentos sociais e ambientais.	Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, onde foi analisado o período compreendido entre os anos de 1998 e 2007, e o modelo de Balanço Social analisado foi modelo IBASE.	A pesquisa mostrou que a correlação entre a Receita Líquida e os Indicadores Sociais Internos e Indicadores Sociais Externos é muito forte ($r = 0,93$ e $r = 0,97$, respectivamente). A pesquisa também apontou que a correlação entre as variáveis Receita Líquida e Indicadores Ambientais tinha força moderada. A tendência identificada em todas as séries de dados foi crescente.
Basseto (2010)	Estabeleceu-se como objetivo geral demonstrar como a COPEL está inserindo tais práticas em sua gestão da Responsabilidade Social e Sustentabilidade.	Definiu-se a pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Para a pesquisa de campo, aplicou-se o estudo de caso na COPEL. A coleta dos dados deu-se por meio de contatos e conversas informais com a gerência do Setor de Responsabilidade Social da COPEL, no período entre novembro de 2006 a abril de 2007.	Para um ambiente que requer que o resultado econômico seja obtido da integração de ações sociais e ambientais, os dados coletados a respeito, da forma como estão apresentados, não permitiram identificar a integração das ações sociais e ambientais ao resultado econômico, sendo que as diretrizes da GRI (INSTITUTO ETHOS, 2002) não avançaram ainda para esse grau de detalhamento.
Junqueira, Maior e Pinheiro (2011)	Este artigo tem por objetivo fazer um balanço da produção científica da área da administração de empresas sobre sustentabilidade, bem como verificar a sua temática predominante e quais os autores e as respectivas instituições de ensino e de pesquisa brasileiras que se destacam pelo volume de produções científicas publicadas assim como qual o perfil metodológico de tais produções.	Foi feita uma revisão sistemática e avaliação crítica das publicações mais renomadas da área da Administração no Brasil do ano de 2000 até 2009. Foram analisados 106 artigos, sendo 27 nos periódicos e 79 no EnANPAD.	A análise destes dados revela que o comportamento da produção científica analisada confirma as premissas do presente estudo, demonstrando que a sustentabilidade ainda desperta interesse comedido dos autores nacionais.

3.METODOLOGIA

Considerando o objetivo proposto, esse estudo trata-se de uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (2002, p.42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população”. A pesquisa descritiva trata os dados sem que haja a interferência do pesquisador. Assim, deve-se considerar a frequência dos fatos, as características, a natureza e as relações com outros fatores, por assim tratar, para que o elaborador da pesquisa possa realizar a análise dos dados.(ALMEIDA, 1996, p 104). Nesse sentido a investigação busca identificar e analisar, por meio de um estudo longitudinal, o desempenho socioambiental da Companhia Energética do Ceará (COELCE) evidenciado em seus balanços sociais.

No que diz respeito aos meios utilizados, trata-se de um estudo de caso, pois investigou os balanços sociais da COELCE. Pode-se definir estudo de caso como um modo de pesquisa empírica que coleta, trata e analisa dados de uma determinada entidade na busca do entendimento das políticas e tomadas de decisões da empresa. Para Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa é documental que de acordo com Pádua et.al (1998, p. 154) “é aquela realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos (não-fraudados)” nesse caso, os dados foram coletados junto aos relatórios sociais da empresa localizados nos *website* da COELCE.

Inicialmente obtiveram-se os relatórios socioambientais da entidade referida no período de 1998 até 2011 e verificou-se que o modelo de balanço social adotado pela companhia em todos os exercícios analisados foi o IBASE. Dado o decurso temporal de 14 anos caracteriza a pesquisa como um estudo longitudinal.

A análise baseou-se na evolução horizontal de indicadores tais como o volume de gastos/investimentos realizados em fatores internos e externos e a distribuição da riqueza pela empresa, os investimentos em fatores socioambientais, bem como outros indicadores qualitativos de gestão.

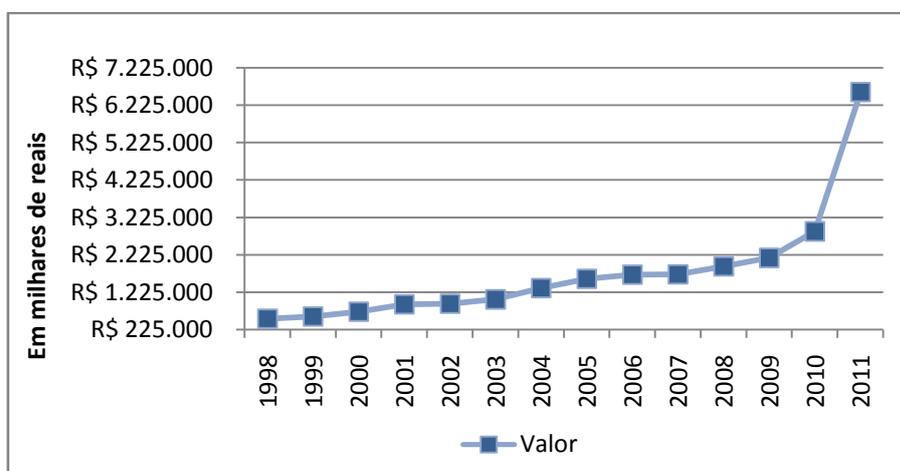
Em relação à natureza do problema a pesquisa se enquadra como qualitativa, seja pelo fato de tratar-se de um estudo de caso único ou por não utilizar dados estatísticos para que haja a compreensão e interpretação dos dados.Pode-se evidenciar, ainda, como fatos que tornam a pesquisa qualitativa, a busca de como se comportam, em termos evolutivos, o desempenho socioambiental da COELCE evidenciado em seus balanços sociais. Para análise dos dados, foi utilizado o *software* Microsoft Excel®.

4.ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados permitiram uma avaliação da evolução dos investimentos dos grupos de indicadores entre os anos de 1998 e 2011, analisando os indicadores internos efetuou-se a comparação do investimento *versus* percentual sobre folha de pagamento bruta e investimento *versus* percentual sobre receita líquida. No caso dos indicadores externos e ambientais por meio da comparação investimento *versus* percentual sobre lucro operacional e investimento *versus* percentual sobre receita líquida.

4.1. Receita Líquida

O gráfico 1 demonstra o comportamento da Receita Líquida da empresa, entre os anos de 1998 a 2011.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A análise da Receita Líquida mostra que a empresa apresentou uma tendência crescente ao longo do período abordado, com variação positiva em todos os anos. Destaca-se a variação que ocorreu entre os anos de 2010 e 2011, no valor de R\$ 3.729.566.000 que representa um crescimento de 231% de um ano para o outro.

No período analisado a empresa apresenta soma de R\$ 24,43 bilhões em Receita Líquida, o que equivale a uma média de R\$ 1,74 bilhões por ano.

4.2. Indicadores Internos

Os indicadores sociais internos tratam dos valores investidos pelas empresas em relação a seus colaboradores em alimentação, saúde, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, participação nos resultados, entre outros.

A tabela 1 mostra a evolução dos Indicadores Sociais Internos da empresa, entre os anos de 1998 a 2011.

Tabela 1 – Indicadores Sociais Internos da empresa entre 1998 e 2011

Ano	Valor													TOTAL ANO
	Alimentação	Encargos sociais compulsórios	Previdência Privada	Saúde	Segurança e Saúde no trabalho	Educação	Cultura	Capacitação e desenvolvimento profissional	Creches	Participação nos resultados	Incentivo a aposentadoria voluntária	Vale Transporte	Outros	
1998	3.273	24.725	8.282	6.112	-	1.053	-	N/I	N/I	1.406	N/I	N/I	2.590	48.494
1999	2.606	21.208	5.357	3.337	-	562	-	N/I	N/I	2.499	N/I	N/I	1.325	36.894
2000	2.473	16.247	5.342	3.196	-	812	-	N/I	502	2.718	N/I	N/I	597	31.887
2001	2.645	15.713	5.624	3.224	-	-	-	N/I	518	2.922	N/I	N/I	809	31.455
2002	2.825	17.986	6.448	3.692	67	-	-	470	637	4.719	3.465	356	1.183	39.023
2003	3.265	19.334	7.013	4.091	84	-	-	941	619	5.594	5.482	503	487	44.148
2004	3.714	21.124	8.159	4.553	129	105	-	1.304	643	5.738	358	555	384	43.052
2005	3.957	22.824	8.600	4.931	166	137	-	1.894	596	7.370	N/I	535	1.129	52.139
2006	4.310	23.410	9.167	5.452	211	246	-	2.019	678	7.653	N/I	475	1.324	54.945
2007	4.770	23.058	8.862	5.647	182	561	-	2.544	799	6.409	N/I	378	2.718	55.928
2008	5.315	24.331	9.160	6.718	617	512	-	2.610	1.060	7.508	N/I	355	3.695	61.881
2009	5.999	25.412	5.405	7.301	479	434	89	2.335	1.098	9.544	N/I	301	962	59.359
2010	15.577	68.700	13.892	22.361	1.759	587	983	6.078	1.951	22.873	N/I	N/I	3.924	158.685
2011	17.264	80.946	12.596	24.529	2.568	1.429	165	4.800	2.182	27.216	N/I	N/I	2.480	176.175
TOTAL GERAL	77.993	405.018	113.907	105.144	6.262	6.438	1.237	24.995	11.283	114.169	9.305	3.458	23.607	890.053
MÉDIA/ANO	5.571	28.930	8.136	7.510	447	460	88	1.785	806	8.155	665	247	1.686	63.575

Fonte: Adaptado dos Balanços Sociais

N/I :Dados não informados

Considerando-se o volume de dados e a impossibilidade de apresentá-los em uma única figura, a tabela 2 evidencia o percentual de Indicadores Sociais Internos da empresa em relação à Receita Líquida, entre os anos de 1998 a 2011.

Tabela 2 – Percentual dos Indicadores Sociais Internos da empresa em relação à Receita Líquida entre 1998 e 2011

Ano	Receita Líquida													TOTAL ANO
	Alimentação	Encargos sociais compulsórios	Previdência Privada	Saúde	Segurança e Saúde no trabalho	Educação	Cultura	Capacitação e desenvolvimento profissional	Creches	Participação nos resultados	Incentivo a aposentadoria voluntária	Vale Transporte	Outros	
1998	0,63%	4,79%	1,60%	1,18%	0,00%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,00%	0,50%	9,18%
1999	0,45%	3,68%	0,93%	0,58%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,43%	0,00%	0,00%	0,23%	6,41%
2000	0,35%	2,32%	0,76%	0,46%	0,00%	0,12%	0,00%	0,00%	0,07%	0,39%	0,00%	0,00%	0,09%	4,56%
2001	0,29%	1,75%	0,63%	0,36%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,06%	0,32%	0,00%	0,00%	0,09%	3,52%
2002	0,31%	1,96%	0,70%	0,40%	0,01%	0,00%	0,00%	0,05%	0,07%	0,52%	0,38%	0,04%	0,13%	4,57%
2003	0,32%	1,88%	0,68%	0,40%	0,01%	0,00%	0,00%	0,09%	0,06%	0,54%	0,53%	0,05%	0,05%	4,61%
2004	0,28%	1,58%	0,61%	0,34%	0,01%	0,01%	0,00%	0,10%	0,05%	0,43%	0,03%	0,04%	0,03%	3,51%
2005	0,25%	1,44%	0,54%	0,31%	0,01%	0,01%	0,00%	0,12%	0,04%	0,47%	0,00%	0,03%	0,07%	3,29%
2006	0,27%	1,49%	0,58%	0,35%	0,01%	0,02%	0,00%	0,13%	0,04%	0,48%	0,00%	0,42%	1,17%	4,97%
2007	0,28%	1,35%	0,52%	0,33%	0,01%	0,03%	0,00%	0,15%	0,05%	0,38%	0,00%	0,16%	3,29%	6,55%
2008	0,28%	1,27%	0,48%	0,35%	0,03%	0,03%	0,00%	0,14%	0,06%	0,39%	0,00%	0,02%	0,15%	3,24%
2009	0,28%	1,19%	0,25%	0,34%	0,02%	0,02%	0,00%	0,11%	0,05%	0,45%	0,00%	0,01%	0,04%	2,76%
2010	0,23%	1,02%	0,21%	0,33%	0,03%	0,01%	0,01%	0,09%	0,03%	0,34%	0,00%	0,00%	0,06%	2,36%
2011	0,26%	1,23%	0,19%	0,37%	0,04%	0,02%	0,00%	0,07%	0,03%	0,41%	0,00%	0,00%	0,04%	2,66%
MÉDIA/ANO	0,32%	1,92%	0,62%	0,44%	0,01%	0,04%	0,00%	0,08%	0,04%	0,42%	0,07%	0,06%	0,43%	4,44%

Fonte: Adaptado dos Balanços Sociais: dados de pesquisa, 2014.

Assim como na receita líquida os Indicadores Sociais Internos apresentam uma tendência crescente no período analisado, com exceção dos anos 2000, 2001 e 2004 que apresentaram uma redução de 5,4 milhões (14,49%), R\$ R\$ 251 mil(0,79%) e R\$ 1,09 milhões (2,47%) respectivamente.

Quando comparado com a Receita Líquida, a curva de percentual investido é predominantemente decrescente exceto para os anos 2001, 2002, 2003, 2006 e 2011 que apresentaram um aumento de 1,05%, 0,05%, 0,03%, 0,21% e 0,36%.

Observa-se na Tabela 01 uma oscilação, em termos monetários, os gastos efetuados entre os anos de 1998 a 2011. A partir de 2010 é que se observa um salto no volume de recursos investidos (cerca de 172%), contudo como esse período coincide com o grande crescimento da Receita Líquida, observa-se que em termos percentuais há uma queda dos investimentos.

Ao analisar a comparação entre os Indicadores Sociais Internos *versus* Folha de pagamento bruta, tem-se uma média de 47,42% por ano, com variações significativas em 1999, 2000, 2001, 2010 e 2011. Para os anos 1999, 2001 e 2010 apresenta-se um acréscimo no percentual investido de 9,73%, 5,14%, 24,46%, respectivamente. Para os anos 2000 e 2011, a curva é decrescente em 12,96% e 9,20%, respectivamente.

No que diz respeito à composição do saldo investido nos Indicadores Internos observa-se que os Encargos sociais compulsórios representam a maior parcela em termos de valores e em termos de percentual quando comparado com a Receita Líquida. São R\$ 405,2 milhões contribuídos nos 14 anos analisados na pesquisa, apresentando uma média de R\$ 28,93 milhões por ano. Esses encargos representam uma média de 2% da Receita Líquida por ano e 21% da Folha de Pagamento Bruta. Quando comparado com o total investido nos indicadores internos no período estudado, os Encargos sociais compulsórios representam 45,5%. Deve-se destacar o ano de 2011 e 2001, onde esse

investimento alcançou o R\$ 80,95 milhões e R\$ 15,71 milhões de contribuição, respectivamente.

Ressalte-se que tais gastos não representam ação espontânea da empresa, por isso é questionável a sua inserção no grupo de investimentos internos da organização. Seria desejável que o modelo apresentasse de modo destacado os gastos tidos como voluntários daqueles não voluntários, seguido de ampla divulgação.

Outro indicador social interno relevante é a Participação nos Resultados da empresa que atingiu um montante de R\$ 99,8 milhões quando somados no período analisado e uma média de R\$ 7,13 milhões por ano. Fato relevante é que em 1998 e 1999 essa participação representou 6,44 % e 5,38% da Receita Líquida, respectivamente e, a partir do ano seguinte, esse percentual cai para uma média de 0,36% de 2000 até 2011. Em relação à Folha de Pagamento Bruta, a Participação nos resultados da empresa apresentou uma média de 5,5% por ano.

Analisando ainda os investimentos em capacitação dos colaboradores da COELCE, observa-se que de 1998 até 2001 não era informado nos relatórios sociais o valor investido em desenvolvimento profissional. A partir de 2002 esse dado aparece nesses relatórios. De 2002 até 2011, nota-se R\$ 21,6 milhões investidos, com uma média de R\$ 2,16 milhões por ano. Quando comparado com a Receita Líquida, esse indicador apresenta uma média de 0,10% por ano para o período estudado, e média de 1,64% quando comparado com a Folha de pagamento bruta.

4.3. Indicadores Externos

Os Indicadores Sociais Externos, por sua vez, são compostos por: Educação, Cultura, Saúde e saneamento, Esporte, Contribuição para a sociedade / Investimento na cidadania, Tributos (excluídos encargos sociais) entre outros. Esses indicadores informam os investimentos sociais realizados pela entidade em função da sociedade.

A tabela 3 apresenta a evolução dos Indicadores Sociais Externos da empresa, entre os anos de 1998 a 2011.

Tabela 3 – Indicadores Sociais Externos da empresa entre 1998 e 2011

Ano	Valor						TOTAL ANO
	Educação	Cultura	Saúde e Saneamento	Esporte	Outros	Tributos Excluídos Encargos Sociais	
1998	-	-	-	-	2.226	205.873	208.099
1999	-	-	-	-	2.715	219.315	222.030
2000	-	-	-	-	-	261.374	261.374
2001	-	-	-	-	-	272.683	272.683
2002	56	4.467	149	-	68.272	275.765	348.709
2003	50	5.454	177	5	30.867	344.517	381.070
2004	54	5.167	-	-	-	437.709	442.930
2005	130	5.134	-	-	74.517	588.495	668.276
2006	114	7.670	-	-	146.762	627.165	781.711
2007	54	9.087	-	256	143.917	620.340	773.654
2008	28	10.056	50	6	213.746	666.530	890.416
2009	268	10.118	-	248	79.602	708.335	798.571
2010	10.077	10.646	-	1.157	252.540	3.255.321	3.529.741
2011	9.112	18.211	-	915	135.061	3.253.423	3.416.722
TOTAL GERAL	19.943	86.010	376	2.587	1.150.225	11.736.845	12.995.986
MÉDIA/ANO	1.425	6.144	27	185	82.159	838.346	928.285

Fonte: Adaptado dos Balanços Sociais

A Tabela 03 apresenta uma tendência crescente ao longo do período estudado, com um aumento no investimento externo na maioria dos anos, exceto os anos de 2007

e 2009 que reduziram 1,03% e 10,31% respectivamente. Esses percentuais representam uma diminuição de R\$ 8,06 milhões e R\$ 91,84 milhões, respectivamente.

A tabela 4 apresenta os percentuais dos Indicadores Sociais Externos da empresa em relação à Receita Líquida, entre os anos de 1998 a 2011.

Tabela 4 – Percentual dos Indicadores Sociais Externos da empresa em relação à Receita Líquida entre 1998 e 2011

Ano	Receita Líquida						Tributos Excluídos Encargos Sociais	TOTAL ANO
	Educação	Cultura	Saúde e Saneamento	Esporte	Outros			
1998	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,43%		39,85%	40,28%
1999	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,47%		38,08%	38,55%
2000	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		37,32%	37,32%
2001	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		30,31%	30,31%
2002	0,01%	0,49%	0,02%	0,00%	7,46%		30,11%	38,09%
2003	0,00%	0,53%	0,02%	0,00%	2,99%		33,46%	37,00%
2004	0,00%	0,39%	0,00%	0,00%	0,00%		32,80%	33,19%
2005	0,01%	0,32%	0,00%	0,00%	4,71%		37,21%	42,25%
2006	0,01%	0,49%	0,00%	0,00%	9,36%		40,01%	49,87%
2007	0,00%	0,53%	0,00%	0,02%	8,45%		36,44%	45,44%
2008	0,00%	0,53%	0,00%	0,00%	11,16%		34,80%	46,49%
2009	0,01%	0,44%	0,00%	0,06%	3,72%		33,09%	37,32%
2010	0,15%	0,45%	0,00%	0,02%	6,46%		48,57%	55,65%
2011	0,14%	0,28%	0,00%	0,01%	2,05%		49,45%	51,93%
Média/ Ano	0,02%	0,32%	0,00%	0,01%	4,09%		37,25%	41,69%

Fonte: Adaptado dos Balanços Sociais

Quando comparado com a Receita Líquida, a curva de percentual investido apresenta uma média de 41,69% por ano. Com variação significativa em 2010 de 18,33%;

Em relação à composição do saldo investido nos Indicadores Sociais Externos, observa-se que os Tributos (Excluídos Encargos Sociais) representam a maior parcela, com um percentual médio de 37,25% por ano da Receita Líquida da empresa. Destaque para os anos 2010 e 2011 em que o percentual ficou 11,32% e 12,20% acima da média anual.

A conta “outros” é a segunda maior em termos de percentual quando comparada com a Receita Líquida. De acordo com os relatórios de sustentabilidade da empresa, essa conta é representada por geração de emprego e renda, programas sociais, luz para todos e benefícios para consumidores de baixa renda. A representação dela em termos de percentual quando comparada à Receita Líquida é uma média de 3,87% ao ano, com destaque para os anos de 2006, 2007 e 2008 onde a média foi superada em 5,49%, 4,58% e 7,29%, respectivamente.

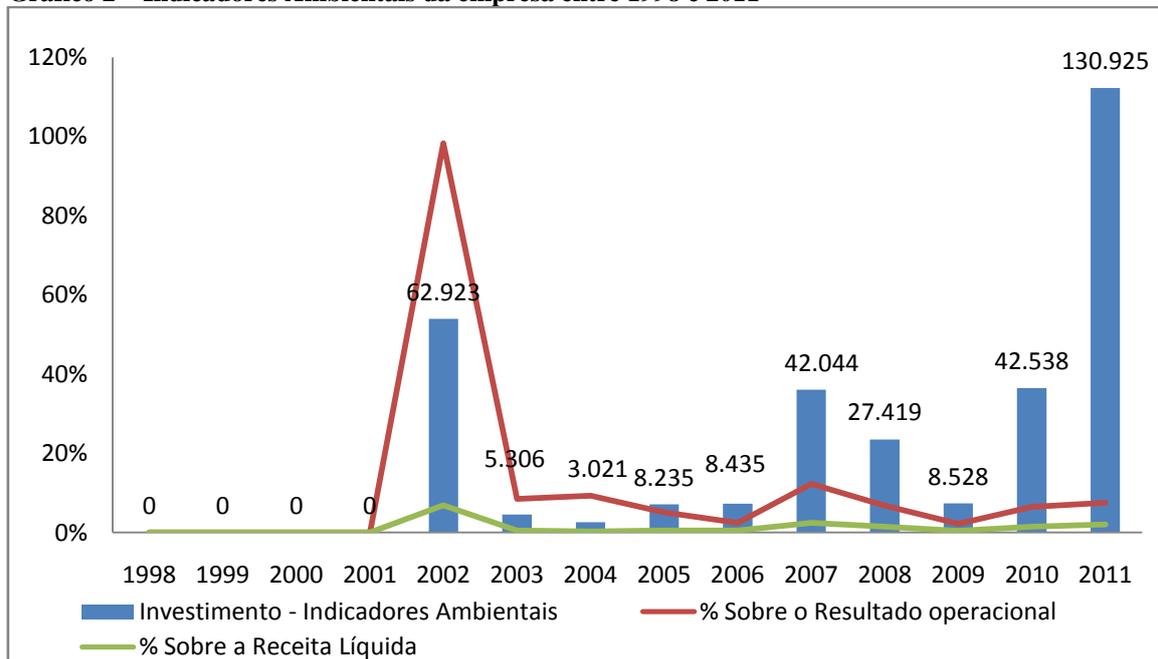
A cultura, diferentemente dos Indicadores Sociais Internos, representa uma parcela não tão relevante quanto os Tributos e a conta Outros, mas também tem sua importância para a questão social. Ela apresenta uma média de 0,30% por ano, com destaque para os anos 2003, 2007 e 2008 onde a média foi superada em 0,23%.

4.4. Indicadores Ambientais

Os Indicadores Ambientais presentes no Balanço Social remetem-se a quantia investida pela empresa em políticas de meio ambiente. Os componentes que integram esse indicador são: os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e investimentos em programas e/ou projetos externos. (SOARES, LANZARIN e CASAGRANDE, 2009)

O gráfico 2 mostra a evolução dos Indicadores Ambientais da empresa, entre os anos de 1998 a 2011.

Gráfico 2 – Indicadores Ambientais da empresa entre 1998 e 2011



Fonte: Adaptado dos Balanços Sociais: dados da pesquisa, 2014.

O gráfico 2 mostra que nos quatro primeiros anos analisados (1998, 1999, 2000 e 2001) não houve investimento no que diz respeito a indicadores ambientais ou foram apresentados de maneira distinta das contas no Balanço Social. Em 2002, em contrapartida, foram investidos R\$ 62,9 milhões com o meio ambiente, que representou 98,27% do Resultado Operacional da empresa e 6,87% em relação à Receita Líquida.

A oscilação dos valores investidos é relevante em alguns períodos. Destaca-se, além da variação do ano 2001 para o ano 2002, tem-se um avanço significativo de 2010 para 2011. Fazendo uma análise comparativa com a Receita Líquida, mesmo com uma variação de 231% nessa receita, a empresa manteve a média do percentual investido em políticas ambientais. Foram em torno de 131 milhões investidos em programas ambientais, que representaram 1,99% sobre a receita líquida do período.

A empresa ao final do período de 2011 soma R\$ 339,37 milhões em investimentos em indicadores ambientais, o que equivale a uma média de R\$ 24,2 milhões por ano.

É válido salientar que não foi identificada a composição do saldo dos investimentos, haja vista que os Balanços Sociais apresentam valores absolutos por grupo de investimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que assim como a Receita Líquida, os Indicadores Sociais Internos, Externos e Ambientais apresentaram uma tendência crescente no período analisado e cujo ritmo de crescimento dos indicadores é o mesmo da receita. Pode-se concluir que apesar do crescimento significativo em 2011 dos indicadores sociais externos e investimentos ambientais, a média de percentual investido foi mantida.

Apesar da importância que se tem dado a questão da Responsabilidade Social, após a análise feita, observa-se que boa parte dos investimentos, evidenciados nos balanços sociais têm característica compulsória, ou seja, não dizem respeito a gastos voluntários da empresa estudada, embora isso não signifique que tais gastos tenham menor relevância em termos econômicos, como ilustra o indicador *Tributos (excluído encargos sociais)* responsável por um total de R\$ 11,7 bilhões e média de R\$838 milhões por ano, caracterizando a empresa como um relevante contribuinte para o Fisco.

O total de gastos voluntários no período avaliado foi de R\$ 1,3 bilhões e média de R\$ 89,94 milhões, representando 10% do total investido em Indicadores Externos.

No que diz respeito aos Indicadores Ambientais, não foram divulgados dados a respeito de 1998 até 2001. Apenas em 2002 a COELCE começou a apresentar nos Balanços Sociais os investimentos com o meio ambiente. Para aquele ano a empresa destinou um montante de R\$ 62,9 milhões. Em 2011, o investimento atinge seu maior volume, R\$ 130,9 milhões.

Os indicadores Sociais Internos, por sua vez, somam R\$ 810,8 milhões durante os 14 anos analisados. O indicador que representa maior parcela em relação ao montante total são os Encargos sociais compulsórios, que somam R\$ 364,5 milhões.

Os indicadores Sociais Externos, por seu turno, somaram R\$ 10,5 bilhões de investimentos no período analisado, sendo os Impostos (excluído os encargos sociais) o indicador de maior relevância de investimentos em detrimento da sociedade com um total de R\$ 9,4 bilhões e uma média de 35,79% de representação da Receita Líquida.

Sugere-se para trabalhos futuros, uma análise comparativa entre todas as distribuidoras de energia elétrica do Brasil, para possibilitar uma análise mais aprofundada no setor, em termos de investimentos ambientais, investimentos com os colaboradores e com a sociedade externa, ou seja, os *stakeholders* em geral. Pode-se sugerir, ainda, uma ênfase maior nos indicadores de corpo funcional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Pesquisa sobre setor elétrico. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 9dez. 2013.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. Tipos de pesquisa. In: ____.**Como elaborar monografias**. 4. ed. rev. e atual. Belém ; Cejup, 1996. cap 4. 101-110.

ANTUNES, Flávia Mesquita. **A institucionalização do Modelo Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro- O caso das Distribuidoras de Energia Elétrica**. 2006. 103 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresa) – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BASSETO, Luci Ines. **A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL**. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.

BUFFARA, L. C. B. **Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: um estudo de caso no grupo O Boticário**. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. **Análise estatística do modelo IBASE de balanço social de uma empresa do setor de siderurgia**. SOARES, Sandro Vieira e

- LAZARIN, Jovani. 3º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, UFSC, Florianópolis, 2009.
- CASTRO, Nivaldo José. **As duas crises do setor elétrico brasileiro: a criação de energia nova**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia – UFRJ, 14 de abril de 2003. IFE n.1.091.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Privatização e reformas (1992-2009)**. Disponível em: <<http://www.memoria.eletronbras.gov.br>>. Acesso em: 27nov.2013.
- COSTA, Luís César A.; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.
- DAVID, Afonso Rodrigo de. **Balço social**: uma análise das informações evidenciadas pelas empresas. In: Convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, Gramado, 2003. *Anais eletrônicos...* Rio Grande do Sul : Convenção de contabilidade, 2003. Disponível em: <<http://ccontabeis.com.br/conv/t30.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.
- DEEGAN, Craig e GORDON, Ben. **A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations**. *Accounting and Business Research*, 26 (3): 187 - 199, summer 1996.
- DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Maria A. M. **Responsabilidade Social: a empresa hoje**. São Paulo: LTC, 1985.
- ELETRONBRAS. **Como a energia elétrica é distribuída no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/elb/natrilhadaenergia/energia-eletrica/>> Acesso em: 21 mai. 2014.
- ENDESA BRASIL. Disponível em <<http://www.endesabrasil.com.br>>. Acesso em: 03 dezembro.2013.
- FERREIRA Et. Al. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório desustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative – GRI**. Rio de Janeiro, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Sônia Maria da Silva. Dissertação de Mestrado apresentada a FEA/USP. **O Uso das informações contábeis como um instrumento orientador das negociações trabalhistas no Brasil**. São Paulo, 1998.
- INSTITUTO ETHOS. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI)**. Coordenação de Fábio Feldemann. São Paulo, 2002. Versão brasileira. Disponível em: <<http://www.InstitutoEthos.org.br>>.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de , et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo Atlas, 5o ed. 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Dicionário de Termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.
- JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. MAIOR, João Souto. PINHEIRO, Fabiana Pereira. **Sustentabilidade: a produção científica brasileira entre os anos de 2000 e 2009**, p. 36-52, 2011.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEWIS, S. B. **Responsabilidade social e jurídica da empresa**. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. **Um Balanço dos Balanços Sociais das 500 Maiores Empresas S.A. Não-financeiras do Brasil**. Anais do Enanpad 2003. Atibaia: 2003.

RENGEL Et. Al. **Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das APAEs da Região do Alto Vale do Itajaí/Sc**. Rio de Janeiro, p. 5-15, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarryet al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAES, F. A. M. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: JÚNIOR, Heitor Matallo; CARVALHO, Maria Cecília M. de; MORAIS, João F. Regis de; JÚNIOR, João Baptista de A.; FURLAN, Vera Irma; GOMES, Paulo de Tarso; POZZEBON, Paulo Moacyr Godoy (Org.). **Construindo o saber metodologia científica – Fundamento e técnicas**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 147-175.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental: evidência dos gastos ambientais com transparência focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003. 66p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TREVISAN, Fernando Augusto. **Balanço social como instrumento de marketing**. São Paulo, p 2 -12, 2002.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.